

AMBIENTE

ONGs querem pressão por reserva extrativista

DEFSA
18/2/98 A9

De acordo com a proposta do Grupo de Trabalho Amazônico, Brasil deve renovar a moratória de exploração do mogno, aumentar restrições ao desmatamento e realizar o zoneamento florestal

PABLO PEREIRA

Proibição de desmatamento em propriedades com mais de 100 hectares, zoneamento florestal nos Estados, renovação da moratória do mogno – que vence em julho – e uma reforma agrária ecológica nas áreas de florestas amazônicas. Essas são algumas das principais propostas que o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), articulação que reúne 355 organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos e entidades ambientalistas no País, apresentará hoje na abertura da Coalizão Amazônica, em Los Angeles (EUA).

O encontro, que vai até domingo, terá a participação de ONGs dos Estados Unidos e dos países pan-amazônicos. Representantes do GTA devem propor uma campanha para pressionar o governo brasileiro a ampliar as reservas extrativistas.

Integrante do Fórum Brasileiro das ONGs, o GTA quer a criação das 16 reservas projetadas para este ano pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As reservas são consideradas pelos membros do movimento como ferramentas fundamentais para a regularização da posse da terra para pequenos agricultores e seringueiros.

Seguindo os passos do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a partir de 1994 concentrou poder de mobilização no Pontal do Paranapané-

ma para atrair a atenção do governo e massificar a reforma agrária, a articulação amazônica pretende atuar este ano em áreas já definidas como prioritárias. Rondônia, Acre e Pará – Marabá e Santarém – serão os principais alvos.

As entidades preparam mobilizações que vão de denúncias de agressão ao ambiente feitas no exterior a ações como a ocupação de órgãos públicos ou empates (ações de bloqueio) de desmatamento e de lagos. “O avanço da soja sobre a Amazônia também nos preocupa”, acrescentou o secretário-geral do GTA, Fábio Vaz.

No encontro das 15 coordenações regionais do GTA, encerrado no domingo em Manaus, ficou decidido também que é necessário ampliar a busca de apoio da opinião pública nas grandes cidades. Mais uma vez seguindo estratégias que o MST usou

com sucesso nos últimos três anos, os membros do GTA acreditam que precisam ancorar nos grandes centros urbanos a pressão para que o governo adote uma política de regularização da posse fundiária e de preservação ambiental.

Pressão – As ações das entidades do GTA contra a política governamental começaram ontem. Os ambientalistas abriram campanha internacional para o envio de protestos contra a exoneração do superintendente do Ibama no Acre, Antônio Pacaya, biólogo que, segundo as ONGs, exercia “atuação corajosa”.

ENTIDADE
REÚNE
355
ORGANIZAÇÕES